

ENSINO REMOTO EMERGENCIAL: CONTRIBUTOS DAS MÍDIAS DIGITAIS DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA NO ENFRENTAMENTO DE DESAFIOS DOCENTES DURANTE A PANDEMIA

*EMERGENCY REMOTE EDUCATION:
CONTRIBUTIONS OF DIGITAL MEDIA
PUBLIC COMMUNICATION IN COPING
WITH TEACHER CHALLENGES DURING
PANDEMIC*

Celia Maria Retz Godoy dos Santos 1
Luzia de Fátima Turato 2

Resumo: O artigo objetiva uma breve reflexão embasada em revisão bibliográfica sobre as contribuições das mídias digitais de comunicação pública nas práticas pedagógicas de ensino online, via ensino remoto emergencial para o enfrentamento dos desafios provocados pela Covid19, que abruptamente submeteu a classe docente a uma aligeirada transição do ensino presencial para o virtual. Consequentemente, ao uso, interação e integração com as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) e vislumbrando outros olhares para práticas de ensino a distância frente ao “novo normal” foram destacados neste estudo, além destas já citadas, o conceito de mídia digital de informação pública; e as diferenças entre Ensino a Distância (EAD) e Remoto Emergencial (ERE); além da exemplificação das orientações de apoio aos docentes da educação básica, presentes na plataforma Centro de Mídias da Educação de São Paulo (CMSP), no período entre abril a outubro/2020 especificamente para o ERE.

Palavras chaves: TDIC. Mídias Públicas. Práticas Pedagógicas. Metodologias Inovadoras.

Abstract: The article aims at a brief reflection based on a bibliographic review on the contributions of digital media of public communication in the pedagogical practices of online teaching, through emergency remote teaching to face the challenges caused by Covid19, which abruptly subjected the teaching class to a slight transition from face-to-face to virtual teaching. Consequently, the use, interaction and integration with digital information and communication technologies (TDIC) and envisioning other perspectives for distance learning practices in the face of the “new normal” were highlighted in this study, in addition to these already mentioned, the concept of digital media of public information; and the differences between Distance Learning (Distance Learning) and Emergency Remote (ERE); in addition to exemplifying the guidelines to support basic education teachers, present in the Platform Center of Education Media of São Paulo (CMSP), in the period between April and October/2020 specifically for the ERE.

Keywords: TDIC. Public Media. Pedagogical Practices. Innovative Methodologies.

Professora doutora do Programa de Pós-graduação: Mídia e
Tecnologia, da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design,
da Unesp, campus Bauru. 1
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3759662136447410>.
ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4473-8122>.
E-mail: celia.retz@unesp.br

Mestranda do Programa de pós-graduação Mídia e Tecnologia da
Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design,
da Unesp, campus Bauru. 2
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5266046804271658>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3423-1195>
E-mail: laturato@hotmail.com

Introdução

O presente artigo tem como objetivo principal refletir sobre as ações e orientações de apoio que as mídias digitais de comunicação pública convergentes nas diversas plataformas virtuais, vêm oferecendo aos docentes, neste período de pandemia da Covid19, para práticas do ensino *online* e desenvolvimento de metodologias inovadoras no ensino remoto emergencial. Isso se deu, especialmente, pelo constante desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação da e da resistência docente ao uso, interação e integração das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), em suas práticas pedagógicas tradicionais. Para a referida reflexão foram observadas as variáveis - de usabilidade, interferência mútua e conexão - como recurso-meio pedagógico; as principais características das mídias de comunicação e informação pública; as diferenças pontuais entre a modalidade de Ensino a Distância (EAD) e Remoto Emergencial (ERE) e por último, exemplos de ações para orientação e apoio aos docentes da educação básica do estado de São Paulo, presentes na plataforma Centro de Mídias da Educação de São Paulo (CMSP), especificamente, no canal digital 2.3, que se refere a TV Educação para a transmissão das aulas, no período de pandemia, compreendido e analisado de abril a outubro de 2020.

É inegável que a pandemia provocada pela Covid 19 trouxe grandes desafios para a sociedade nas mais diversas áreas e em diferentes setores, alterando protocolos organizacionais e estruturais, conforme recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), no que se refere ao isolamento social como meio para a redução da velocidade de contágio e propagação do tão temido coronavírus. Neste contexto, o setor educacional, fortemente impactado pelo afastamento dos alunos de suas salas de aula presencial, viu-se desafiado a encontrar outras formas e possibilidades para a manutenção e oferta de ensino-aprendizagem a todas as crianças, jovens e adultos, pressionando e, de certa forma, até obrigando os professores à adesão ao ERE e a se (re)inventarem para o preparo e envio de aulas com atividades *online*.

Em vista desse novo cenário, todos os professores vêm enfrentando uma série de desafios para a implementação desse novo formato educacional, sendo impulsionados, de forma imprescindível, para as novas TDIC no preparo e envio das aulas, bem como, à conectividade com as diferentes mídias digitais de comunicação e informação pública convergentes em diversas plataformas, que se tornaram fonte norteadora de suas agendas e pautas pedagógicas diárias. Ainda que de forma inesperada e impositiva, todo esse contexto pandêmico trouxe para a educação, metodologias ativas e inovadoras de práticas pedagógicas de ensino a distância, a fim de garantir a oferta do ensino aprendizagem enquanto assegurava o isolamento social entre estudantes, demandando novas políticas governamentais de regulamentação e organização do setor.

Para atender a tais demandas, governantes e responsáveis pela educação formal procuraram, principalmente através de plataformas integradas de comunicação pública, oferecer informações e conexões de conteúdo dispersos, buscando - além da oferta de meios para a execução e desenvolvimento de trabalhos pedagógicos em “home office”, essenciais para um momento desse - instigar e suscitar os docentes para o uso, interação e integração efetiva das TDIC aliadas à sua criatividade, de maneira a solidificá-las como meio-pedagógico e instrumento propulsor e facilitador entre os estudantes em isolamento social, numa tentativa de garantir a todos o seu direito à educação.

Aprender a ensinar via mídias digitais tornou-se essencial, o professor teve que se reinventar em todos os aspectos de suas ações didático-pedagógica e metodológicas. Em meio ao caos pandêmico, o quadro negro agora apresenta-se literalmente via tela do computador - portal de mídias digitais convergentes, com diferentes suportes textuais e canais de interatividades - com materiais digitais dinâmicos, não mais com giz branco em linhas fixas; não mais estáticos em paredes da sala de aula e sim em diversos espaços domésticos, silenciosos e/ou conturbados dos lares. Isto posto, as mídias digitais de comunicação pública ganham destaque e relevância na tentativa de contribuir para e na transição do ensino presencial para o remoto, propiciando aos profissionais da área, em meio à luta contra a Covid-19, inúmeras oportunidades nesta experiência inédita, ainda que de forma incipiente e aligeirada, de uso de metodologias inovadoras na prática pedagógica muito embora, sem os devidos planejamentos e

fundamentações conceituais e metodológicas que tal transição exigiria num contexto normal.

Uma discussão teórica sobre as TDIC e as práticas docentes

Embora as TDIC já venham sendo utilizadas há tempo nas práticas pedagógicas de sala de aula, seu uso ainda ocorre de forma tímida e resistente, sem engajamento, seja pela falta de acesso ou de familiaridade com os recursos tecnológicos, ou ainda, pela estabilidade e segurança dadas pela zona de conforto das práticas tradicionais. Neste contexto emergencial, frente à luta docente para continuar ensinando seus alunos enquanto aprendem “na marra” a implementar soluções rápidas para o ensino online, em circunstâncias improvisadas. Assim, as TDIC tornaram-se pontos centrais e principais aliadas de docentes e discentes frente aos desafios das práticas emergências de ensino remoto. Embora seus diferentes usos possam favorecer a constituição de uma teia entre a escola e o contexto do aluno, estes requerem práticas que suscitem novas possibilidades de ensino e aprendizagem, a vivência de processos criativos, com diálogos e interações múltiplas, os quais ainda não se encontram consolidados, “Embora essas tecnologias estejam presentes em vários segmentos da nossa vida, percebe-se ainda uma distância entre esses referenciais culturais e o seu uso em contextos educacionais”. (MARTINS, 2008, p.3)

Observa-se, portanto, frente a situação de ensino remoto emergencial, que a ação educativa demanda novas dimensões, que permitam reestruturar seus contextos e que para Alves (2001, apud MARTINS, 2008 p.5), tais reestruturações só se tornam possíveis quando se permite “incluir o mundo na aula” e a “aula no mundo”, fazendo, assim, caírem fortes barreiras conceituais, arquitetônicas e tecnológicas, propondo novas dinâmicas, performances, intercâmbios e outros arranjos temporais e espaciais:

Diante da necessidade de serem diversificadas as possibilidades e formas de agir e aprender, as tecnologias de informação e comunicação - rádio, televisão, vídeo, computadores e todas as suas combinações - abrem oportunidades para a ação dos indivíduos e a diversificação e transformação nos ambientes de aprendizagem. Tais ambientes requerem novas dinâmicas, propostas, atuações e interações, bem como novas organizações de tempos e espaços, para que os indivíduos possam utilizar as novas mídias para expressarem e desenvolverem suas vozes particulares e coletivas (MARTINS, 2008, p.5).

Considerando que as TDIC têm contribuído enormemente para a transição do ensino presencial para o EAD, durante o período emergencial, o ERE trouxe uma mudança temporária, devido à crise, o que segundo Hodges, et al.(2020 *online*) não teve como principal objetivo:

[] recriar um ecossistema educacional robusto, mas sim fornecer acesso temporário à instrução e suporte educacional de uma maneira que seja rápida de configurar e esteja disponível de forma confiável durante uma emergência ou crise.

Para Isotani (2020, *online*), a pandemia da Covid 19, “acelerou um processo, que já estava em curso, de integração entre a tecnologia e a educação”, vislumbrando inúmeras oportunidades nesta experiência inédita, mas que as “ações de ensino remoto estão longe de seguir o que os especialistas recomendam quando não há um contexto de emergência”, apontando que:

Todas as iniciativas de ensino remoto utilizadas durante a luta contra a Covid-19 podem ser sementes para a transformação digital e cultural tão necessária no ensino,

unindo práticas pedagógicas inovadoras, como o aprendizado híbrido e metodologias ativas, com tecnologias educacionais inteligentes, que potencializam as capacidades do aluno aprender e do professor inovar (ISOTANI, 2020, *online*).

Ainda segundo o autor, “implica menos tempo de aula, mais atividades, mais tempo de correção, mais desgaste na ida e vinda das informações, criando uma nova temporalidade”, num outro universo em que ainda não há domínio completo da linguagem e das técnicas a serem usadas, mas que, “a pandemia pode ser uma excelente oportunidade para os educadores repensarem suas próprias práticas de ensino-aprendizagem”. Entende-se, portanto, que não se trata de romantizar a pandemia ou muito menos menosprezar danos causados contra a vida humana, mas considerar que a situação pandêmica vem favorecendo aos docentes a busca de possibilidades favoráveis ao uso das mídias digitais em suas práticas diárias de ensino-aprendizagem, via acesso democrático às informações via tecnologia.

Nessa abordagem da necessidade docente não só de utilização, mas de interação e integração das TDIC como conteúdo-meio pedagógico e recurso potencializador é que se vislumbra o processo de ensino aprendizagem como opção de acessibilidade e democratização do ensino para todos que deles devem se apropriar para que possam ter acesso às mídias digitais de comunicação e informação. Todavia, não é possível desconsiderar que nem todos os professores e estão aptos a desenvolver trabalhos remotos, que realmente se caracterizem em instrumentos pedagógicos para o momento de excepcionalidade da pandemia, demandando, pois, ações de orientação e apoio do sistema educacional. É preciso ainda considerar que, além dos aspectos técnicos e pedagógicos, há o lado subjetivo, humano que nem sempre está preparado para mudanças e que auto se forma em seus contextos culturais e profissionais, mediante os recursos disponíveis, porém demandando tempo, num processo gradativo para a compreensão e assimilação de novos conceitos: neste caso específico, dos conceitos midiáticos.

Mídias digitais de comunicação pública

Destaca-se aqui - sem a pretensão de conceituar mídias de comunicação pública aprofundadamente - que as mídias sociais podem fomentar a prática da comunicação pública quando propiciam uma participação mais interativa e participativa no processo comunicacional, oferecendo maior visibilidade dos assuntos e atores políticos, conforme Gomes (2004, p.303) pois “é a visibilidade que ancora a discutibilidade na democracia”. Ele complementa dizendo que:

[] quanto mais visíveis forem os assuntos de interesse público, mais haverá espaço para discussões e participação do cidadão. Nesse sentido, devemos pensar o papel que as mídias sociais desempenham ou podem desempenhar para estimular a prática e o exercício da comunicação pública (MAINIERI e RIBEIRO, 2013, p.3).

Para Zémor (1995, p.5, apud MAINIERI e RIBEIRO, 2013, p.4), a função precípua da comunicação pública é a informação, porém ela deve ir além do mero processo informativo ressaltando cinco categorias para identificar a comunicação pública, que são:

1. Responder à obrigação que têm as instituições públicas de levar informação a seus públicos;
2. Estabelecer a relação e o diálogo de forma a desempenhar o papel que cabe aos poderes públicos, bem como para permitir que o serviço público atenda às necessidades do cidadão de maneira mais precisa;
3. Apresentar e promover cada um dos serviços oferecidos pela administração pública;
4. Tornar conhecidas as instituições a elas mesmas, tanto por comunicação interna quanto externa;
5. Desenvolver campanhas de informação e ações de comunicação de interesse geral. (apud MAINIERI e RIBEIRO, 2013, p.4).

Desse modo, para Maniere e Ribeiro (2013), Zémor destaca o papel da informação como base e o primeiro passo para que se estabeleça um diálogo com o cidadão, devendo, pois, a comunicação pública, estar a serviço do cidadão, ampliando as perspectivas de interlocução, a partir de uma comunicação dialógica e de mão dupla. Neste caso, é imprescindível que a mídia venha abrir canais diretos de comunicação, objetivando a transparência por meio da interação do governo com a sociedade, de forma a desempenhar o papel que cabe aos poderes públicos. Assim os autores, a comunicação estabelecida via mídia vai além da mera emissão de informação, buscando uma comunicação dialógica e interativa. Ela deve atender à necessidade de se desenvolver campanhas e instrumentos de informação e ações de comunicação de interesse geral: suprimindo informações, muitas vezes, sensacionalistas ou exposições de vidas pessoais como se fossem grandes acontecimentos históricos.

Nesta perspectiva, observa-se neste período pandêmico, esforços das mídias de comunicação pública para a produção de conteúdo informativo através de entrevistas com especialistas, vídeos, uma série de webinars, videoconferências e lives abordando diferentes temas e assuntos com sugestões de ações para mitigar o impacto provocado pela Covid-19 nos mais diversos setores, dentre eles o educacional, colaborando na tomada de decisão e na superação dos desafios deste período, a fim de que sejam capazes de gerar conhecimento que impacte positivamente a sociedade.

Para reflexão e análise de ações de orientação e apoio docente pelas mídias digitais de comunicação pública, este artigo aborda mais a frente alguns exemplos presentes na plataforma Centro de Mídias da Educação de São Paulo (CMSP), no período compreendido entre abril e outubro/2020.

Ensino Remoto Emergencial (ERE) x Ensino a Distância (EAD)

Conforme parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE), elaborado com a colaboração do Ministério da Educação (MEC), do dia 28 de abril de 2020, que traz diretrizes, orientações e sugestões para todas as etapas de ensino durante a pandemia do coronavírus, quando o assunto é ensino a distância, as pesquisas apontam que o trabalho dos professores tem papel “significativo para assegurar uma boa experiência, independentemente da solução utilizada”. Porém, no cenário atual, em que eles são igualmente impactados pela pandemia, apoiá-los, pessoal e profissionalmente, é medida absolutamente fundamental, devendo, pois, considerar quatro principais mensagens que objetivam, prioritariamente, qualificar o debate público educacional:

Frente ao atual momento, soluções de ensino remoto podem contribuir e devem ser implementadas. Mas, considerando seu efeito limitado, é preciso cuidadosa normatização e, desde já, atenção ao planejamento de volta às aulas. [...] Uma estratégia consistente para o ensino remoto é aquela que busca mitigar as condições heterogêneas de acesso e os diferentes efeitos de soluções a distância em função do desempenho prévio dos estudantes. [...] Ensino remoto não é sinônimo de aula online. Há diferentes maneiras de estimular a aprendizagem a distância e, se bem estruturadas, atividades educacionais podem cumprir mais do que uma função puramente acadêmica. [...] Mesmo a distância, atuação dos professores é central. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, Nota Técnica, abril de 2020).

Nesta ótica, Hodges, et al.,(2020) destaca que é preciso primeiro entender as dimensões e propriedades do ERE para que se possa separá-la do “aprendizado online”, denominado EAD. Para ele:

O ensino remoto de emergência (ERE) é uma mudança temporária de ensino para um modo de ensino alternativo devido a circunstâncias de crise. Envolve o uso de soluções

de ensino totalmente remotas para instrução ou educação que, de outra forma, seriam ministradas presencialmente ou como cursos combinados ou híbridos e que retornariam a esse formato assim que a crise ou emergência diminuísse (HODGES, et al. 2020).

Sobre ERE e a Educação, Beahr (2020) traz uma contribuição importante e ao mesmo tempo necessária ao dizer que esses dois conceitos educacionais não podem ser vistos ou entendidos como sinônimos:

O termo “remoto” significa distante no espaço e se refere a um distanciamento geográfico. O ensino é considerado remoto porque os professores e alunos estão impedidos por decreto, de frequentarem instituições educacionais para evitar a disseminação do vírus. É emergencial, porque do dia para a noite o planejamento pedagógico para o ano letivo de 2020 teve que ser engavetado (BEAHR, 2020, *online*).

Já sobre a necessidade de organização de atividades pedagógicas mediadas pelas mídias sociais, a autora destaca que estas devem ocorrer de forma pontual, aplicadas em função deste período pandêmico, no qual os docentes além de se depararem com a própria insegurança, se viram frente a necessidade de mudança do modelo educacional presencial para o ERE. Para Beahr, (2020, *online*) “o professor tem que participar ativamente do conteúdo, interagindo ao vivo com seus alunos e organizando tarefas para serem realizadas e postadas ao longo da semana”. Ela entende que, embora o quadro físico tenha mudado, a atuação do docente continua a acontecer mediada por ferramentas tecnológicas na modalidade EAD e que mesmo sem a presença física, a relação entre aluno e professor acontece ao mesmo tempo tornando as aulas gravadas uma modalidade comum. Destaca também que “essa mudança do dia para a noite exigiu que os docentes assumissem o processo de planejamento, criação, adaptação dos planos de ensino, o desenvolvimento de cada aula e a aplicação de estratégias pedagógicas online” (BEAHR, 2020, *online*).

Essa mudança drástica não só na materialidade de sua ação, mas até mesmo na concepção de dar ao processo de ensino-aprendizagem uma característica inovadora, sem perder a essência ou real objetividade é reconhecida pela autora que entende que os docentes precisaram e continuam precisando, mais do que nunca, de muito apoio e ajuda para construir competências digitais e lidar com um ambiente, até então desconhecido para eles.

Vemos que estados, municípios e sistemas educacionais, na busca de soluções para o ensino remoto, vêm implementando recursos e meios para o atendimento dessa nova modalidade de ensino/aprendizagem, que por ser de caráter emergencial e concomitante à tentativa de conter a proliferação do vírus, devido os protocolos de segurança, acontece de forma progressiva dada a necessidade de cuidadosa normatização e regulação política de atendimento emergencial às demandas desse “novo normal”.

Plataformas CMSP E TV Educação: contribuições para o ensino remoto emergencial na Educação Básica.

Citar as grandes mídias de comunicação pública, em especial a TV, como meio de formação e educação sistematizada, parece algo distante da realidade das crianças e jovens da moderna geração digital, acostumados à multimodalidade funcional de celulares e smartphones de última geração, tendo em vista que as grandes mídias, assim, como grande porcentagem de sua grade de transmissão são apenas de caráter informativo e/ou de entretenimento, mas que frente a necessidade da oferta de ensino remoto emergencial a todos, faz se relevante o uso da velha e boa TV para práticas educacionais-formal.

Na busca de garantir a oferta de ensino a todos, a maioria dos estados brasileiros vêm

se utilizando das plataformas virtuais. No entanto, devido as desigualdades de acesso e de conectividade à internet, além de falta de recursos digitais por grande parte dos alunos da rede pública e de que nem todos os professores estão aptos a desenvolverem atividades remotas realmente pedagógicas, muitos deles tem retomado ao uso dos materiais oferecidos pelas TVs educativas. Para Pieranti (2018, p. 123) este tipo de TV educativa “tratava-se de um grupo de emissoras que deveria educar, ensinar à distância”, como forma de mitigar tais faltas nas redes públicas de educação básica. Por isso, como meio de comunicação de interesse público, especialmente neste contexto de pandemia da Covid 19, o meio televisivo volta-se para o atendimento de todos os alunos vítimas da exclusão digital como parte das estratégias para continuidade dos estudos, bem como meio de garantir-lhes o direito à educação na modalidade EAD e manutenção do vínculo com a escola.

Assim, através de suas multiprogramações, o meio televisivo faz ressurgir seu grande potencial de comunicação e missão de interesse público por meio das TVs educativas. Para Costa (2006, p.20):

Comunicação de Interesse Público é toda ação de comunicação que tem como objetivo primordial levar uma informação à população que traga resultados concretos para se viver e entender melhor o mundo. Na Comunicação de Interesse público, os beneficiários diretos e primordiais da ação sempre serão a sociedade e o cidadão.

Num contexto histórico, as TVs educativas estaduais cumprem sua função educacional-formal produzindo e veiculando teleaulas desde os fins dos anos 60 até os anos 1980, quando perde força. “Gradativamente, as emissoras educativas deixaram de exibir teleaulas e passaram a ofertar, cada vez mais, programações generalistas, com programas jornalísticos e de entretenimento.” Rocha, (2016, apud SOUZA E AGUIAR, 2020) Entretanto, justificado pela situação emergencial de saúde pública, o Decreto nº 10.312, de 4 de abril de 2020 vem reforçar e protagonizar sua função primária ao estender o uso da multiprogramação da televisão digital às emissoras privadas, desde que observada a finalidade de ofertar atividades de educação, ciência, tecnologia, inovações, cidadania e saúde, mediante parcerias com entes da administração pública (BRASIL, 2020).

A partir da publicação da Medida Provisória Nº 934,(2020) que dispensou os estabelecimentos de ensino da educação básica, em caráter excepcional, da obrigatoriedade de observância ao mínimo de dias de efetivo trabalho escolar, mas manteve a necessidade do cumprimento da carga horária mínima estabelecida em seus dispositivos legais e a observação das normas a serem editadas em seus respectivos sistemas de ensino, Estados e Municípios - na busca de oferecer meios aos docentes para interagirem e apropriarem-se efetivamente das tecnologias digitais de informação e comunicação levando-os a encontrarem novos métodos de ensino, desde a gravação de videoaulas à transmissão ao vivo - vêm procurando manter, mediante as plataformas virtuais, as aulas online e na TV aberta.

Embora o caráter inovador nas diferentes modalidades da EAD não se restrinja apenas às plataformas de comunicação públicas digitais, implementadas e oferecidas para que as instituições educacionais as apliquem como elementos mediadores de ensino e aprendizagem, via ambientes colaborativos e de interação, as plataformas institucionais ampliam as possibilidades de acesso aos conteúdos e a interação docente e discente, conforme Martins (2020, p.250):

As instituições educacionais buscam, mais e mais, apropriarem-se das tecnologias digitais de informação e comunicação aplicando-as aos cursos como elementos que possibilitem o acesso dos destinatários. Se trata de um caminho de convergência em diversos campos: estruturas físicas (desaparecimento de distinção de espaços físicos e estruturas para EAD – polos, prédios separados no campus, estrutura

organizacional específica); integração de plataformas digitais; produção integrada de conteúdo digital (os mesmos materiais para as disciplinas do mesmo currículo). Este movimento se intensifica no Brasil.

Nesta perspectiva, o Estado de São Paulo vem desenvolvendo tais práticas através da plataforma Centro de Mídias SP (CMSP), adotada a partir de abril de 2020 objetivando garantir à classe docente ações de orientação e apoio de forma acessível e atualizada ao contexto de ensino emergencial, possibilitando a produção, oferta e envio de conteúdos aos alunos em condição de isolamento social, aprimorando e estimulando a cultura digital como meio de formação pedagógica de forma robusta e consistente na tentativa de garantir a conexão entre todos os envolvidos.

Além do passo a passo para acesso e uso via aplicativo, com dados patrocinados aos alunos, a plataforma CMSP busca favorecer a interação deles com seus professores, à princípio via *Classroom*, seguida do *Google Meet* e por diferentes canais de programação ano/série para assistir as aulas pelo aplicativo ou pela televisão. Os docentes contam ainda com os canais de formação e capacitação em serviço, embora meramente instrumentais: que na visão de Freire (2014, p.106) seria o 'inédito-viável'. Uma realidade inédita, ainda não claramente conhecida e vivida, mas sonhada. Que quando percebida pelos que pensam utopicamente verificam que o problema não é mais um sonho, pois pode se tornar realidade.

Entre tais recursos de apoio, o CMSP conta ainda com a transmissão das aulas com os mesmos conteúdos dos aplicativos pelo Canal Digital 2.3 – TV Educação, uma parceria da TV Cultura com o Governo do Estado de São Paulo, para os alunos excluídos digitalmente possibilitando-lhes o acesso às videoaulas e atividades transmitidas em tempo real, conforme informações do próprio CMSP (2020):

As aulas serão transmitidas a partir de estúdios de TV instalados na sede da Escola de Formação dos Profissionais da Educação (EFAPE) e poderão ser acompanhadas, ao vivo, pelo portal do CMSP e pelos aplicativos CMSP, voltado aos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, e CMSP Educação Infantil e Anos Iniciais. As aulas poderão ser acompanhadas, ainda, pelo canal digital da TV Educação (Anos Finais e Ensino Médio), TV Univesp, (Educação Infantil e Anos Iniciais).

Englobando ainda outras parcerias com o “intuito de produzirem conteúdos educativos para a plataforma, como forma de aproximar e familiarizar os estudantes por meio de uma linguagem mais próxima ao cotidiano ligado ao consumo de conteúdos digitais” (CMSP,2020), a plataforma busca uma gestão ativa capaz de dar autonomia e engajamento docente e discente ao propor um ambiente interativo, que através de metodologia inovadoras e mídias ativas busca atender, inclusive, aos desprovidos dos recursos digitais ao disponibilizar a reativação e incorporação das linguagens televisivas através das programações das TVs educativas, considerando que “a educação escolar precisa compreender e incorporar mais as novas linguagens, desvendar os seus códigos, dominar as possibilidades de expressão e as possíveis manipulações”(MORAN,1999, p.5).

É fato que aqui, não se pretende frisar se esse acesso é garantido exponencialmente a todos ou não, mas sim tensionar a reflexão que uma educação via mídias de comunicação pública não pode prescindir-se de uma educação integral, que considere, além do processo de ensino aprendizagem, o desenvolvimento humano. Conforme Moran (1999, p.5) “é importante educar para usos democráticos, mais progressistas e participativos das tecnologias, que facilitam a evolução do indivíduo” para o qual destaca-se o papel do Estado e de todo o poder público, que pode:

[] propiciar o acesso de todos os alunos às tecnologias de comunicação como uma forma paliativa, mas necessária de oferecer melhores oportunidades aos pobres e para contrabalançar o poder dos grupos empresariais e neutralizar tentativas de projetos autoritários” (MORAN, 1999, p.6).

Nesta lógica, no contexto da pandemia da Covid 19, observa-se importantes parcerias feitas entre e pelos Estados, até mesmo entre países, buscando desenvolver e investir em setores que proporcionem a oferta de ensino via TDIC com metodologias inovadoras, novos modelos didáticos e recursos multimodais como o *Google Meet*, *Teams da Microsoft*, *Youtube* vindos de todas os setores sociais, principalmente de empresas multinacionais, capazes de proporcionar recursos-meio pedagógicos aos professores e gestores para a realização de práticas pedagógicas através de web conferências e lives.

Para um atendimento mais personalizado, as instituições de ensino contam ainda, com as orientações docentes via WhatsApp, por vezes, capaz de estreitar laços e oficializar o acesso visível entre alunos e professores numa relação mais afetiva e humanizada: posto que a oferta e uso das tecnologias por si só, ainda que modelos atualizados com moderna aparelhagem de telefonia de banda larga ou *gigabytes*, não garantem a aprendizagem significativa do estudante.

Considerações Finais

A partir dos grandes desafios para a prática do ERE é preciso pensar e garantir um ensino de qualidade, sem que se caia numa metodologia conteudista, potencializando ainda mais a exclusão digital de alunos e professores em seus diversos contextos. Deve-se considerar o uso efetivo das TDIC, que permitam, além do acesso aos conteúdos disponibilizados nas diversas plataformas digitais de comunicação pública governamentais, estratégias comunicacionais de acolhimento e diálogo com os alunos, neste período de distanciamento social.

Aprender e ensinar em um ambiente no qual as TDIC se apresentam como materialidade da ação e iniciativa pedagógica sempre foi um grande desafio ponderando-se sobre a falta de familiaridade dos docentes com o uso, interação e integração das mesmas em suas práticas cotidianas, mas que levados pela emergencialidade provocada pela pandemia, vêm se (re) inventando e, mesmo que de forma aligeirada, migrando para práticas *online*. Importa lembrar que o ERE vislumbra a necessidade de reflexões e iniciativas políticas de inclusão digital, que reconfigure as desigualdades sociais sem desconsiderar a necessidade de formação contínua dos professores para práticas inovadoras e metodologias ativas da modalidade online reconhecendo-os como mola propulsora e mediadora do ensino-aprendizagem em um contexto normal, de forma consolidada.

Neste cenário as mídias de informação e comunicação pública ganham destaque ao exercerem verdadeiramente seu papel de instrumento de interesse público como as plataformas virtuais convergentes com canais de gestão, capacitação e formação docente; canais patrocinados ao alunos para acesso à programação e interação com seus professores; oferta de chips, transmissão de conteúdos pelas TVs educativas aos desprovidos de recursos digitais - práticas que em tempos normais não ocorrem com tanta robustez instigativa capaz de suscitar aos docentes o uso efetivo das TDIC aliado à sua criatividade como conteúdo-meio-pedagógico e instrumento propulsor e facilitador do processo ensino aprendizagem - para a evolução e desenvolvimento intelectual mediante diálogo interativo, como protagonistas e intermediadores do conhecimento.

Por fim, reconhecer as TDIC num contexto em que elas são referências em diferentes setores, em especial no da pesquisa, o momento vislumbra a possibilidade de solidificá-las nas bases educacionais formativas de caráter crítico e produtivo, capazes de ultrapassarem os muros das escolas, visto que a resistência docente não decorre só de sua força de vontade, mas acima de tudo, por falta de apoio, orientação e valorização de suas formas de educar, mediar e construir conhecimento. Isso deve ocorrer, em qualquer modalidade seja presencial ou *online*,

via telas ou quadro negro; mídias digitais ou radiodifusão, sem perder a dinamicidade humana da troca e experiências visíveis, afetivas e concretas, independente do lugar e da distância entre seus interlocutores.

Referências

ALVES, L. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, v. 10, 2011.

BRASIL. Lei 9394/96 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 05 mar. 2020.

BEHAR, P. A. **O Ensino Remoto Emergencial e a Educação a Distância**. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensinoremoto-emergencial-e-a-educacao-a-distancia/>. Acesso em: 02 dez. 2020.

COSTA, J. R. V. da (Org). **Comunicação de interesse público: ideias que movem pessoas e fazem um mundo melhor**. São Paulo: Jaboticabal, 2006.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 01/04/2020 | Edição: 63-A | Seção: 1 - Extra | Página: 1 Órgão: Atos do Poder Executivo **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 934**, DE 1º DE ABRIL DE 2020-<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591>.

DUARTE, J. Instrumentos de comunicação pública. In: DUARTE, J. (Org.). **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

FREIRE, A. M. A. Notas explicativas. In: FREIRE, P. (Org.). **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 21. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014, p. 273-333.

GOMES, Wilson. Transformações da política na era da comunicação de massa. São Paulo: Paulus, 2004.

HODGES, C. et al. The Difference Between Emergency Remote Teaching and Online Learning. **EDUCAUSE Review**, 2020. Disponível em: <https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remote-teaching-and-online-learning#fn3>. Acesso em: 16 mai. 2020.

ISOTANI, S. Um guia para sobreviver à pandemia do ensino remoto, entrevista concedida. Disponível em: <http://www.saocarlos.usp.br/um-guia-para-sobreviver-a-pande%20mia-do-ensino-remoto>. Acesso em: 30 dez.2020.

MAINIERI, T.; RIBEIRO, E. M. Comunicação pública e mídias sociais: possibilidades e limitações. **Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura**. n. 6, 2013. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/acaomidiatica/article/view/34345/21920>>. Acesso em: 01 out. 2018. Acesso em: 01 out. 2018.

MARTINS, M. C. - **Situando o uso da mídia em contextos educacionais, Mídias em Educação. Programa de Formação Continuada em Mídia na Educação**. Secretaria de Educação a Distância; Ministério de Educação Cultura-Brasília, DF,2008. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cursoobjetosaprendizagem/situando_usomidias_mec.pdf. Acesso em 20 abr.2021

MARTINS, R. X. A Covid-19 e o fim da educação a distância: um ensaio. EmRede - **Revista de Educação a Distância**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 242-256, jan./jun. 2020.

MORAN, J. M. **O Uso das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação na EAD** - uma leitura crítica dos meios. 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/T6%20TextoMoran.pdf>. Acesso em: 03 dez.2020.

PIERANTI, O. P. **A radiodifusão pública resiste**: a busca por independência no Brasil e no Leste Europeu. 1. edição Brasília, DF: Universidade de Brasília, Faculdade de Comunicação, 2018, p. 117-133.

ROCHA, R. **Trajetória da televisão pública no Brasil**: políticas, interseções e embates. In: SANTOS, Nádya Maria Weber; MORAES, Ana Luiza Coiro (org.). TVs públicas: memórias de arquivos audiovisuais. São Leopoldo: Oikos, 2016. p. 65-81.

SOUZA, F. M.; AGUIAR, S. **O papel da TV digital no ensino remoto em tempos de pandemia** - Revista Comunicação & Inovação. Dossiê Comunicação & Inovação em Tempos de Pandemia v. 21 n. 47 (2020). Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/7220.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Nota Técnica. **Análise: ensino a distância na educação básica frente à pandemia da covid-19**. 09 mai. 2020. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/noticias/educacao-na-pandemia-ensino-a-distancia-da-importante-solucao-emergencial_-mas-resposta-a-altura-exige-plano-para-volta-as-aulas/

ZEMOR, P. La communication publique. Cap.1: **O campo da comunicação pública**. Trad. resumida Brandão. 1995 Disponível em: <https://comunicacaopublicaufes.files.wordpress.com/2011/12/comunicacaopublica-pierrezemor-traducao.pdf>. Acesso em: 10 mar.2021

Recebido em: 28 de setembro de 2021.

Aceito em: 13 de dezembro de 2021.